

A arquitetura Neocolonial em Santa Catarina: do erudito ao popular

Anna Freitas Portela de Souza Pimenta
Universidade Federal de Santa Catarina

Vanessa Maria Pereira
Universidade Federal da Bahia

Luiz Eduardo Fontoura Teixeira
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Na primeira metade do século XX fomentou-se a ideia de que o Brasil deveria ter uma identidade arquitetônica própria, desvinculando-se dos modismos e estrangeirismos trazidos pela arquitetura eclética. Empreendeu-se assim a missão de se criar uma arquitetura que resgatasse os primórdios do mito da origem portuguesa do povo brasileiro. Por meio de vários estudos e propostas feitas por intelectuais, o movimento neocolonial toma corpo, e chega a diversos cantos do país como a representação de um Estado moderno e forte, especificamente durante o Governo o Vargas. Em Santa Catarina, no período getulista, diversas cidades emancipadas ou fundadas anos antes, careciam de modernização estatal, receberam então exemplares da arquitetura oficial em neocolonial: sedes corporativas das empresas públicas, conjuntos e edificações de educação e saúde. Rapidamente esta arquitetura se populariza, especialmente por atender bem ao programa residencial adaptado às novas práticas urbanas e às novas normativas municipais que passam a exigir maior ventilação e soluções para o escoamento das águas pluviais. As casas neocoloniais eram consideradas por muitos como “máquinas de morar”. Em Florianópolis, além de sede de instituições, esta arquitetura se torna praticamente a linguagem oficial das novas áreas residenciais de expansão urbana do centro colonial. São lotes grandes em áreas nobres, cujo valor imobiliário tem fomentado um rápido processo de substituição edilícia. A proposta deste artigo é colocar luz sobre um estilo

arquitetônico até muito recentemente considerado menor pelos estudiosos do patrimônio, que geralmente não contam com proteção institucional, mas representam importante período de crescimento de diversas cidades brasileiras.

Introdução

O patrimônio arquitetônico recente tem sofrido ameaças constantes, ora pelo avanço do capital imobiliário, ora pelo descaso e/ou falta de manutenção das edificações. A arquitetura neocolonial se inscreve nesse patrimônio da modernidade como representação de um período histórico de afirmação da ideia de nação, na primeira metade do século XX.

Essa vertente arquitetônica, no Brasil se manifestou como signo de modernidade conservadora, um paradoxo presente na modernização do estado e suas instituições. Este paradoxo reside na contradição de, ao apelar para formas compositivas alusivas a um passado colonial e à sua estrutura social, pretender alcançar a modernidade técnica, que acompanhou (ou gerou) o processo de remodelação e expansão urbanas.

Nesse sentido, ocorreu a construção, por parte do Estado, de importantes edificações corporativas e equipamentos institucionais, entre os anos 1930-1950, nessa vertente da modernidade estética.

Porém, a sua assimilação, por uma clientela das classes médias e populares, se deu mediante vários fatores como: a divulgação da formalização plástico-constructiva pelas mídias de então (cinema/ revistas ilustradas/ manuais para construção) através de uma arquitetura “confortável” do ponto de vista da (aparente) familiaridade com as formas coloniais (por

vezes exóticas). Essa identificação com um passado, romanticamente idealizado, amenizaria o choque cultural da modernidade em um Brasil ainda rural.

A presença de mestres de obra e (quase) ausência de arquitetos no mercado da construção civil, reforçam as práticas empíricas e/ou calcadas em exemplos retirados, por vezes, de manuais populares de construção. A disseminação dessas publicações, teria incentivado o gosto da clientela pelo neocolonial (e sua presença cenográfica) dos centros urbanos até os bairros populares.

Além disso, havia a existência, pós experiências práticas do ecletismo, de um incipiente mercado de materiais de construção modernos e da experiência dos construtores em sua utilização, aliada às técnicas construtivas tradicionais. É notável, por exemplo, o crescimento do comércio e produção de materiais, equipamentos e utensílios para a construção civil nesse período. As inovações introduzidas por Códigos de Obra municipais, que visavam a melhoria das condições de higiene das residências e das cidades, impunham obrigações como a necessidade de instalações sanitárias adequadas, aeração e insolação dos cômodos, fortaleceram uma indústria nacional embrionária, com a produção de pisos e azulejos cerâmicos, aparelhos para banheiros, etc.

O Neocolonial no Brasil

No contexto cultural erudito, das cidades de São Paulo e da capital Rio de Janeiro, centro do país, arquitetos e estudiosos lutavam por forjar uma ideia de “historicismo moderno” ou “historicismo a partir de nossa história”. A idealização de um passado formador, paradoxal frente a um processo irreversível de modernização técnica, era perseguida, assim como em muitos outros países latino americanos, como possibilidade de uma identidade estética.

O surto Neocolonial foi iniciado com a pregação do engenheiro-arquiteto Ricardo Severo, radicado na capital bandeirante desde 1902 que, com seus colegas Raul Lino e Villaça, já em Portugal teria feito um movimento em prol de uma arquitetura de raízes nacionais, e que, ao ser recebido em 1912 como sócio do Instituto Histórico de São Paulo, pronunciou um discurso tomando por tema o Culto à Tradição.

— Santos, *Quatro séculos de arquitetura*.

Ao passo que em São Paulo, em fevereiro de 1922, ocorria a Semana de Arte Moderna, com a intenção de romper com os cânones tradicionais da arte, em todas as suas manifestações expressivas, no Rio de Janeiro, na Exposição do Centenário, no mesmo ano, observou-se uma forte presença cultural do tradicionalismo. Uma modernidade conservadora se expressaria, em arquitetura neocolonial, através de muitas edificações significativas da Exposição Comemorativa ao Centenário da Independência, de âmbito internacional. Corria o ano de 1922, e os embates entre progressistas e conservadores agitavam a República Velha, disputa essa que chegaria ao campo da arquitetura. Muitos dos arquitetos da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), passaram do ecletismo historicista à nova voga neocolonial, vindo nessa uma saída coerente com a ideia, debatida academicamente, de uma identidade brasileira. Em termos cronológicos, a primeira apresentação de uma proposta neocolonial (ou neobarroca) pelo mecenas e colecionador Mariano Filho foi o seu Solar Monjope, construído a partir de elementos e objetos coletados de antigas edificações (início dos anos 1920). Mariano Filho se notabilizou por patrocinar incursões de documentação da arquitetura colonial, além de concursos de projetos concebidos na fórmula neocolonial. O mecenas definia, com base em suas convicções conservadoras, os princípios que deveriam nortear o projeto de residências:

A casa brasileira não poderá ser senão a nossa velha casa patriarcal, com o largo beiral de telhões de faiança, os alpendres floridos, as grandes salas quadrangulares, os velhos oratórios onde nossas mães fizeram suas súplicas, os grandes sofás de alvenaria sob a ramada das mangueiras.

-Filho 1943, citado em Veríssimo e Bittar, *500 Anos da Casa Brasileira*.

Ao que parece, fica clara a intenção tradicionalista, ao evocar a casa-grande, em um anacronismo ideológico que, porém, não renuncia as benesses da modernidade técnica. Sobre o Solar, nos falam esses autores:

A própria setorização da casa nos

remete ao modelo colonial, porém nessa mesma planta já encontramos a busca pelo conforto numa completa suíte contemporânea (quarto, saleta, vestiário, banheiro, varanda) e uma tentativa de racionalizar os serviços pela aproximação de setores independentes. Tudo sem perder o prazer de morar, de desfrutar uma varanda-alpendre ou um frondoso pomar entre a casa e a Lagoa (Rodrigo de Freitas).

-Veríssimo e Bittar, *500 Anos da Casa Brasileira*.



Figura 1. Croqui do Solar Monjope: um Bosque às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas. Fonte: Veríssimo e Bittar 1999, 69.

O partido adotado por Mariano Filho destacava, um pátio, três escadas monumentais de acesso ao segundo pavimento e nas elevações externa e interna elementos decorativos da arquitetura civil e religiosa, alguns autênticos como silhares de azulejos, portas, almofadas, etc. provindos de igrejas demolidas (Santos 1981, 91).

Para Lúcio Costa, essa obra seria, assim repleta de elementos anacrônicos do passado, transpostos sem maior função prática ao tempo de então, “mais museu do que casa”. Costa projetaria, no ano de 1925, com feições neocoloniais (simetria de fachada, pormenores decorativos calcados no barroco), o pavilhão brasileiro na Exposição da Filadélfia, Estados Unidos. A experiência de Costa com essa linguagem da modernidade conservadora certamente deixou marcas no trato ao patrimônio (em projetos como o Park Hotel em Friburgo ou a casa de Argemiro Machado) na evolução de sua carreira.

Nessa busca por raízes nacionais para uma arquitetura da modernidade, o neocolonial foi contaminado pela voga de origem californiana, e intensamente divulgada pelo cinema e revistas da época, o neocolonial “hispanico” ou “mission style”. Para Santos, “O Neocolonial era grave e viril; o *Mission Style* gracioso e delicado” e “a conjugação dos dois (...) constituiu uma das novas características da sensibilidade artística da segunda metade da década de 1920” (Santos 1991, 94).

O Estado brasileiro se valeu dessa proposta estilística, identitária, mas miscigenada de várias referências latino americanas, em várias edificações da modernidade, dos anos 1920 ao limiar da década de 1950. Esse período histórico, correspondente aos dois tempos do governo Vargas, teve um surto desenvolvimentista, de aparelhamento das instituições econômicas, educacionais e de saúde e comunicações.

São emblemáticos, por exemplo, o Instituto de Educação no Rio de Janeiro (projetado por Angelo Bruhns e José Cortez em 1927) onde o ensino do Curso Normal para moças se daria em um prédio senhorial, aludindo às elites. Em Santos, já importante cidade portuária, seria edificado o hospital da Beneficência Portuguesa, projeto do Escritório de Ramos de Azevedo, em 1930. Neste foi adotado também um partido arquitetônico com fachada fortemente marcada por eixo compositivo de simetria destacando a portada, bem como elementos decorativos alusivos ao barroco.

É possível considerar que a popularização desse estilo da modernidade se deu, na via estatal, pela construção de muitas das chamadas “vilas”. Esses agrupamentos de casas unifamiliares seriadas, destinadas a trabalhadores (ferroviários, militares, operários e outros), constituíram-se em uma primeira investida no setor habitacional social. Eram pequenas casas com varanda e arco, frontões singelos, volumes definidos, jardim frontal e quintal, que preencheram os vazios da expansão urbana rumo à periferia das cidades, formando novos bairros populares. Esses empreendimentos estatais, adicionados às construções residenciais de uma classe trabalhadora (que conseguisse ter algumas economias) deixariam a marca de um neocolonial simplificado, porém ainda atento às tipologias dessa variante estilística.



Figura 2. Conjunto da Vila Ferroviária Est. Eng. Eugenio de Mello em Porto União. Fonte: IPHAN/SC.

O Neocolonial em Santa Catarina

A construção da identidade das cidades do interior

Em Santa Catarina, no primeiro período Vargas foi marcado pela necessidade de modernizar com aparato estatal, as diversas cidades emancipadas ou fundadas no início do século XX. Para a construção de sedes corporativas, conjuntos e edificações de educação e saúde, a opção neocolonial foi preponderante.

No sul do Estado, muitas das edificações institucionais ligadas à exploração do carvão se valem do neocolonial para marcar uma presença oficial na região. São importantes exemplos os escritórios de companhia mineradora em Criciúma, representam uma verdadeira sede de fazenda, a Vila dos Engenheiros em Tubarão e algumas instalações da Companhia Siderúrgica Nacional em Capavari de Baixo e Siderópolis. Embora a arquitetura neocolonial institucional em Santa Catarina tenha sido, em muitos casos, edificada a partir de projetos vindos da capital federal, alguns projetistas começam a se destacar no cenário local.

Muitos projetistas, formados em arquitetura ou não, atuantes no estado fizeram proliferar essa vertente junto a uma clientela de classes médias e abastadas, para a construção de residências. Um desses profissionais, Simon Gramlich, de origem austríaca, projetou em torno de 300 residências em Blumenau e região na formulação neocolonial. Outro projetista, Wolfgang Ludwig Rau, de origem suíça, projetou algumas residências na região de Lages, na década de 1940, no auge do ciclo econômico da araucária, optando pelo neocolonial e suas variantes mais exóticas para estes programas.

No oeste do estado, Serafim Bertasso, engenheiro civil, projetou diversas edificações

residenciais na região, pois era também um grande crítico das condições de higiene e da estética do que se edificava até então. Atuou também responsável pelo Departamento de Estradas e Rodagem em Chapecó, tendo projetado, em 1948, também a sua Sede no Centro na cidade, na vertente neocolonial.

Características do Neocolonial em Santa Catarina

Alguns elementos construtivos e ornamentais são recorrentes na arquitetura neocolonial de Santa Catarina: piso elevado do chão, com estrutura de pedras aparentes; acesso pela varanda frontal (ou lateral) conectada ao jardim por uma escadaria importante; alvenaria de tijolos com reboco texturizado ou imitando pedras, incrustações de pedras naturais decorativas; grandes panos de telhados, interrompidos por panos secundários dos volumes sobressalentes e das varandas, terminados muitas vezes em frontões decorados por pináculos, volutas e coruchéus; em alguns casos contam com torreões (muitos ocultando a caixa d'água); e elementos metálicos em ferro fundido ou zinco (calhas, dutos pluviais, gradis e portões).

No programa da residência percebe-se a compactação da planta baixa, incorporando a cozinha e o banheiro (antes fora do corpo principal) e garagens para os automóveis, revelando novos hábitos urbanos. As normativas municipais também obrigariam a escoar as águas pluviais, levando ao uso das calhas e tubos desaguadores. Por outro lado, é importante notar a presença inevitável do pequeno jardim frontal (fruto de recuo obrigatório) e do quintal, resquícios persistentes da atávica e romantizada vida rural. Este vocabulário arquitetônico constrói uma narrativa na qual é possível reconhecer uma tipologia identificadora, permitindo uma leitura ampla da ocorrência desta arquitetura pelo Estado.

A vertente Neocolonial em Florianópolis

A capital dos catarinenses passou por importantes processos que vinham ocorrendo em todo o Brasil no início do séc. XX, quando o crescimento econômico e urbano é retomado lentamente após a Primeira Guerra Mundial, seguindo o modelo urbanístico vigente à época, o sanitário. Abriam-se largas avenidas, extinguíam-se cortiços, e saneavam-se pântanos e áreas alagadiças nos arredores das cidades.

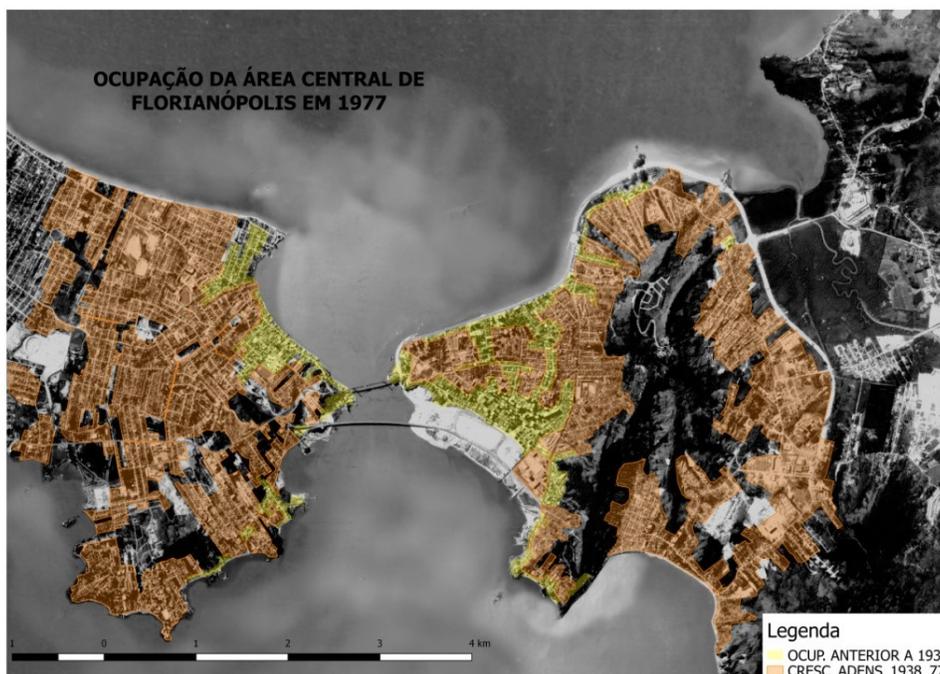


Figura3. Foto aérea de 1977 com a demarcação das áreas ocupadas em 1938 (em amarelo) e as áreas com crescimento ou adensamento entre 1938 e 1977. Fonte da foto aérea: IPUF, 2020; edição: Vanessa Pereira, 2020.

Destas ações são várias as consequências sociais, urbanas e arquitetônicas, que impulsionam a disseminação do neocolonial, duas dessas são bastante impactantes. A primeira é uma mudança nas necessidades e no modo de morar da elite e da classe média, que entende que a arquitetura, assim como fora a cidade, precisava ser saneada. Os códigos de posturas e obras das cidades maiores já vinham desde o final do séc. XIX alterando padrões de ocupação dos terrenos, visando melhorar a qualidade ambiental das edificações.

O parcelamento do solo da cidade colonial já não comportava os padrões exigidos pelas classes mais abastadas, “... as construções já começam a se afastar das divisas laterais para efeito de melhor iluminação dos cômodos medianos e tais partidos eram quase que impossíveis dentro do perímetro histórico da cidade, dada a inexistência de lotes vagos ainda por construir.” (Lemos 1995,56). Com o adensamento urbano surgem então as áreas de expansão nos arrabaldes das cidades antigas, com loteamentos planejados, lotes maiores e ruas conectadas com certa regularidade.

A segunda consequência do processo de “modernização” urbana das cidades brasileiras no início do século XX foi o grande déficit habitacional decorrente da demolição dos cortiços. À população mais pobre restou ocupar áreas das cidades de pouco interesse das classes

mais abastadas, as encostas dos morros.

Outra decorrência deste processo foi a implantação dos primeiros conjuntos habitacionais, que embora não tenham suprido a demanda, foram construídos em número significativo pelo Brasil, sendo alguns deles com elementos da arquitetura neocolonial, que era então a linguagem oficial do governo federal.

Em Florianópolis, enquanto as classes populares eram expulsas pelo processo de renovação urbana e migravam para a encosta, a classe média e as elites construía suas grandiosas residências em novos loteamentos surgidos nas áreas intersticiais do Centro da cidade. A região conhecida como Chácara da Espanha contava com suntuosas residências, pertencentes a famílias importantes de médicos e políticos, que certamente eram inspiração para a construção das casas nos loteamentos populares nos bairros vizinhos (Saco dos Limões, Agrônômica, regiões afastadas do Centro), e nos balneários da área continental (Estreito, Coqueiros, e Bom Abrigo). A arquitetura neocolonial passa a ser a linguagem das residências oficiais e das casas de praia da crescente classe média florianopolitana.



Figura4. Antiga residência do médico e historiador Oswaldo Cabral, localizada na Rua Esteves Júnior, Centro de Florianópolis, edificada na vertente neocolonial, com requintado padrão decorativo e de acabamentos. Fonte: arquivo de Anna Pimenta, jan. 2020.



Figura5. Casa da família Beck no Bairro Bom Abrigo, antigo balneário da capital, arquitetura neocolonial popular. Fonte: arquivo de Anna Pimenta, jan. 2020.

Considerações Finais

Essas arquiteturas fazem parte da paisagem urbana de Florianópolis e de muitas outras cidades do Estado, configuram um patrimônio sensível conectado às memórias afetivas dos cidadãos. Contudo, por serem relativamente recentes não estão devidamente incorporadas às práticas institucionais de pesquisa e preservação do patrimônio. Não há nestes órgãos uma política de proteção destes elementos, sendo poucos os inventários ou processos de tombamento abertos em âmbito municipal e estadual.

Sem proteção, grande parte desses imóveis por localizarem-se em áreas nobres da cidade, próximas ao Centro de comércio e serviços, em lotes generosos, estão à mercê dos rápidos processos de transformação urbana. É inevitável que à medida de estas edificações comecem a ser desocupadas ou consideradas obsoletas, passem a ser substituídas por edifícios em altura. Com isso, parte importante da história da construção da moderna Santa Catarina será apagada.

Referências

1. Amaral, Aracy Abreu (coord.). *Arquitetura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo, Memorial/Fondo de Cultura Económica, 1994.
2. Bacellar, Ruy H.A *casa popular*. Porto Alegre: Ed. Globo, s/d.
3. Brandão, Ramón. *Arquitetura Neocolonial: arquitetura da felicidade*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2013.
4. Chapecó, Prefeitura Municipal. "Residência de Serafim Bertaso e Elsa Feuerschutte Bertaso: dossiê de estudo para o tombamento". *Chapecó: PMC*, 2019.
5. Kessel, Carlos. 2011. "Estilo, Discurso, Poder: Arquitetura Neocolonial No Brasil". *História Social*, nº 6 (junho), 65-94. <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/artic/e/view/179>.
6. Ramirez, Juan A. *La arquitectura en el cine. Hollywood en la Edad del Oro*. Madrid, Espanha: Ed. Blume, 1986.
7. Santos, Paulos F. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981.
8. Veríssimo, Francisco Salvador e Bittar, William Seba Mallmann. *500 Anos da Casa Brasileira. As transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.